

# Ampliação da política de cotas é defendida em audiência

**□** *Discussão acompanhada por estudantes tratou também das ações para permanência dos cotistas nas universidades*

A ampliação das cotas raciais e sociais no ensino público do Estado e a assistência para que os cotistas possam concluir a formação foram defendidas anteriormente em audiência pública na Assembleia Legislativa (ALMG). Os dois temas compõem o Projeto de Lei (PL) nº 4.092/17, do governador Fernando Pimentel, que tramita na ALMG.

A proposição institui o sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil nas Universidades do Estado de Minas Gerais (Uemg) e Estadual de Montes Claros (Unimontes) e revoga a Lei 15.259, de 2004, norma também relativa às cotas.

“A discussão é pertinente porque a Lei 15.259 previa revisão a cada dez anos, o que não ocorreu”, apontou Celise Laviola (PMDB), presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que discutiu o tema em conjunto com a Comissão de Participação Popular.

A observação da parlamentar veio na sequência da crítica do deputado Arlen Santiago (PTB) quanto à semelhança entre o projeto e a norma de 2004. “Dos 40 dispositivos do PL, 30 são cópias idênticas da lei”, afirmou ele, reconhecendo, por outro lado, os avanços das cotas na pós-graduação e a assistência estudantil.

Para o presidente da Comissão de Participação Popular, deputado Doutor Jean Freire (PT), trata-se de um “novo projeto”.

Ele relatou sua experiência de ter sido ajudado para se manter na universidade e o programa que mantém, para ajudar outros estudantes. O parlamentar é autor do PL 2.242/15, um dos anexados à proposição.

**O PL 4.092/17 institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na UEMG e na Unimontes**

Marília Campos (PT) também ressaltou a importância de garantir a assistência estudantil em lei, ainda que depois seja preciso lutar para que a norma seja cumprida. “Em 2004, a discussão das cotas era incipiente. Isso avançou no País e, agora, vem a ajuda para manter o aluno que ingressou”, disse.

**EMENDAS** – A deputada adiantou que apresentou emendas ao PL, visando ampliar o regime de cotas para a Fundação

João Pinheiro (FJP) e para os concursos realizados pelo Estado e, ainda, a adequação da norma às regras federais.

O representante da FJP, Bruno Lazarotti, afirmou que há consenso na instituição – a única de ensino superior do Estado que não tem cotas – quanto à adoção das cotas raciais e sociais e também quanto ao ingresso a partir das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Mas a mudança depende de legislação.

Ele lembrou que o vestibular da Escola de Governo da FJP é um concurso público, que garante ao formando uma carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental, além de bolsa de estudo. “Falta-nos apenas o espaço legal para ações afirmativas, para garantir a democratização do acesso, o que resultaria na democratização da gestão pública”, salientou.

**QUILOMBOLAS** – Outra sugestão de aprimoramento do PL veio do secretário de Estado de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Ele propôs a ampliação de 45% para 50% das vagas reservadas, com a inclusão de 5% destinadas às comunidades quilombolas.

Representantes dos alunos da FJP, da Unimontes e da Uemg, e de movimentos sociais participaram da audiência. “Essa luta vem desde o início do Governo Lula”, lembrou o deputado Paulo Guedes (PT).

## Universidades relatam mudanças

O reitor da Unimontes, João dos Reis Canela, destacou que a universidade experimenta uma realidade diferente com as cotas. “É evidente a presença de pessoas que jamais teriam acesso à instituição sem essa iniciativa”, contou. Mas ele enfatizou que é preciso sistematizar a experiência e ampliar o acesso, para torná-la mais eficaz.

O vice-reitor da Uemg, José Eustáquio de Brito, destacou que é preciso também repensar a educação básica e o Ensino Médio da escola pública a fim de preparar os estudantes para o ensino superior.

O deputado Carlos Pimenta (PDT) defendeu a valorização de professores e alunos e citou os baixos orçamentos da Uemg e da Unimontes. Segundo ele, mais de 100 mestres e doutores da Unimontes recebem como especialistas, o que representa uma grande defasagem salarial.

**DEMANDAS** - O subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Márcio Portes, afirmou que o PL originou-se de demandas dos universitários.

A principal queixa, de acordo com ele, era quanto à evasão, na casa de 40%. Por isso, havia forte demanda pela moradia. “Mais da metade dos estudantes do campus da Uemg em Frutal (Triângulo) não são da região”, exemplificou. Como não havia suporte legal para isso, explicou, a solução foi criar bolsas de estágio, com 750 vagas.

Portes rebateu crítica de Arlen Santiago quando à falta de definição do aporte financeiro. Para este ano, as universidades receberão o que está previsto no Orçamento: R\$ 3,46 milhões para a Unimontes e R\$ 2,4 milhões para a Uemg.

“Esse recurso, até então, é usado para estágio ou no restaurante da Unimontes, mas em situação frágil, sem regulamentação. A lei vai sanar isso e permitir novos aportes a partir do ano que vem”, contrapôs.

A audiência foi requerida pelos deputados Arlen Santiago, Celise Laviola, Marília Campos e Ione Pinheiro (DEM).

SARAH TORRES



Auditério da Assembleia ficou lotado de estudantes e outros defensores dessas ações públicas

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**MINAS GERAIS**  
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO  
Executivo  
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL  
Legislativo  
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES  
Judiciário  
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil  
e de Relações Institucionais  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA  
Subsecretário de Imprensa Oficial  
TANCREDO ANTÔNIO NAVES